

DETERMINISMO E PRÁXIS: O DUALISMO DO MÉTODO DE MARX¹

Gustavo MENEGHETTI*

- RESUMO: O presente ensaio tem como tema o dualismo entre determinismo – concepção segundo a qual a base ou estrutura determina a superestrutura – e práxis – ação ou atividade humana que é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva – no método de Marx. A tese defendida considera que uma leitura atenta do Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* e das *Teses sobre Feuerbach* proporciona os elementos necessários para esclarecer as dúvidas imediatas que opõem determinismo e práxis. O objetivo é, portanto, analisar o *Prefácio* e as *Teses* a fim de explicitar alguns pontos polêmicos sobre o embate entre determinismo e práxis no método marxiano. A tese materialista de Marx considera que a base ou estrutura é condição ou condição precedente (e indispensável) do desenvolvimento da superestrutura, o que não supõe qualquer caráter determinista. A categoria práxis não suprime ou exclui o materialismo marxiano, e sim o reconhece como ponto de partida de um movimento dialético entre sujeito e objeto.
- PALAVRAS-CHAVE: Método de Marx; Determinismo; Práxis.

Introdução

O intelectual ou pensador alemão Karl Heinrich Marx² (1818-1883), pela obra grandiosa que produziu e pela propagação incomensurável que tiveram suas idéias, dispensa qualquer apresentação. Relembramos, apenas, para reforçar sua magnitude, as principais obras de Marx: Manuscritos de Kreuznach (também

¹ Trabalho teórico originalmente apresentado – como um dos requisitos de avaliação – à disciplina Pensamento Social Moderno e Contemporâneo, ministrada pelo prof. Dr. Raúl Burgos, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, em setembro de 2007. Apoio da CAPES.

* Graduado em Serviço Social pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó (2002-2006). Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (início 2007). Bolsista da CAPES. E-mail: gutomeneghetti84@yahoo.com.br.

² Do ponto de vista marxista, a teoria social de Marx não pode ser enquadrada no moderno sistema de distinção e classificação das ciências sociais, fundamentalmente por sua perspectiva de totalidade. Em consideração a isso, tratamos Karl Marx como pensador ou intelectual, rejeitando as demais qualificações que lhe costumam atribuir – como, por exemplo, economista político, sociólogo, etc., embora admitamos a ressalva de que se doutorou em filosofia.

conhecido como Crítica da Filosofia do Direito de Hegel ou, ainda, Manuscrito de 1843); A Questão Judaica e a Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, escritos em 1843 e publicados nos Anais Franco-Alemães de fevereiro de 1844; Manuscritos Econômicos e Filosóficos, redigido em 1844 e publicado somente em 1932; A Sagrada Família, primeiro fruto da associação de Marx e Engels, publicado no final de 1845; A Ideologia Alemã, escrita, em colaboração com Engels, em 1845-1846, cujo texto completo só fora publicado muito tempo após a morte dos seus autores (1932); A Miséria da Filosofia, texto contra o socialista utópico Pierre-Joseph Proudhon, que data de 1847; Manifesto do Partido Comunista, redigido com Engels, na cidade de Londres, em 1848; O 18 Brumário de Luís Bonaparte, do ano de 1852; Contribuição à Crítica da Economia Política, obra editada em 1859; e, O Capital, cujo primeiro volume apareceu em 1867 e os volumes 2 e 3 são publicações póstumas realizadas por Engels, respectivamente, em 1885 e 1894.

Nosso trabalho incide no que podemos chamar de um debate interpretativo clássico da obra de Marx, especificamente com relação ao seu método. Por um lado, uma das passagens mais célebres e, não por acaso, uma das mais citadas pelos seguidores da tradição marxista: o Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Por outro lado, aquilo que para muitos estudiosos é a maior expressão do método marxiano, sendo fundamental para entender o seu materialismo³: as *Teses sobre Feuerbach*. Falamos do embate entre determinismo e práxis, como interpretações distintas – e opostas – do método de Marx. É precisamente sobre isso que versamos neste ensaio.

Como sabemos, Marx não formulou de forma explícita e sistemática o seu método de pesquisa (como o fizeram Max Weber e Émile Durkheim, por exemplo), ao contrário, ele apenas “ventilou” as idéias correspondentes, dispersando-as em diversos dos seus trabalhos. Quiçá este seja o principal motivo das incompreensões, ou melhor, das diferenciadas interpretações com relação ao método marxiano. Não estamos, de modo algum, ressuscitando um problema já superado no decurso do tempo, pelo

³ Entendemos como materialismo a doutrina filosófica segundo a qual todo e qualquer conhecimento deve ter como base ou fundamento a realidade objetiva e material, ou seja, as condições materiais de existência.

contrário, o embate entre determinismo e práxis, além de não ter sido solucionado, continua mais atual do que nunca, provocando freqüentemente confusões e polêmicas.

Consideramos como *determinismo* a concepção segundo a qual a base ou estrutura – ou seja, o conjunto das relações de produção – determina, por assim dizer, mecanicamente a superestrutura – isto é, as diversas formas ideológicas de consciência social (religião, literatura, ciência, arte, etc.) e as correspondentes instituições jurídico-políticas. Entendemos por *práxis* a ação ou atividade humana que é, simultaneamente, objetiva e subjetiva – significando a unidade entre teoria e prática – ou, noutros termos, a inter-relação entre as condições materiais que delimitam a atividade humana e seu caráter criador.

Desde já, ressaltamos o caráter modesto de nossa apresentação, voltada muito mais para esclarecer alguns pontos polêmicos e instigar o debate do que para explicar adequadamente a controvérsia – tarefa que, aliás, só poderá ser executada por estudiosos especializados na teoria social de Marx. Nossa tese considera que uma leitura atenta do *Prefácio* e das *Teses* nos proporciona os elementos necessários para esclarecer as dúvidas imediatas que opõem determinismo e práxis. Temos como objetivo neste ensaio, portanto, analisar o *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* e as *Teses sobre Feuerbach* a fim de explicitar alguns pontos polêmicos acerca do dualismo entre determinismo e práxis no método de Marx.

1 O Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política

Marx escreveu essa célebre passagem na cidade de Londres, em janeiro de 1859. O que era para ser um simples prólogo apresentado o caminho que levava o intelectual alemão ao estudo da economia política acabou por se tornar uma das páginas mais citadas, uma das fontes de inspiração e, principalmente, um pressuposto central de análise de muitos seguidores da tradição marxista. Pela ausência de elaboração sistemática do seu método de pesquisa, pela importância e o caráter conclusivo que o próprio Marx atribui, pela argumentação prodigiosa a que muitos consideram, enfim, o fato é que o *Prefácio à Contribuição* se transformou numa espécie de núcleo central do pensamento marxiano.

A parte mais fundamental, por assim dizer, dessas páginas se nos parece encontrar na seguinte asserção:

[...] A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência [...] (MARX, 1983, p.24).

Uma forma bem conhecida e que se tornou muito comum é interpretar essa proposição do seguinte modo: a base determina a superestrutura. Os denominados estruturalistas, como Louis Althusser e o “jovem” Poulantzas, levaram a determinação estrutural às últimas conseqüências, preconizando, inclusive, que os homens nada mais seriam que suportes da estrutura econômica da sociedade. Podemos dizer que o estruturalismo se constituiu na doutrina que, malgrado as diferenças e a própria evolução do pensamento de seus autores, tornou mais radical essa interpretação “determinista” da tese de Marx. Mas se enganam aqueles que pensam que tal concepção é prerrogativa dos estruturalistas. Enésimos autores marxistas concordam com a idéia de que a base determina a superestrutura, sem, no entanto, explicar adequadamente o que isso significa e quais as implicações que um tal pressuposto pode ter: para eles, eis o ponto de partida indiscutível de qualquer análise marxista. E isso abrange, indubitavelmente, a atualidade. Há alguns meses, líamos um trabalho – extraordinário, por sinal – de um autor marxista em cuja introdução se dizia mais ou menos assim: o marxismo parte da constatação de que o modo de produção de uma sociedade determina as superestruturas institucionais e as formas de

consciência que nelas se observam. O autor – que preferimos ocultar – não traz qualquer explicação adicional sobre isso. Será essa a chave do pensamento ou, pelo menos, do método de Marx? Eis o pressuposto central da análise marxista da realidade?

Um primeiro elemento que a análise do próprio *Prefácio* nos proporciona, e que nos serve para esclarecer algumas dúvidas imediatas sobre o assunto, diz respeito ao momento em que Marx fala sobre seu amigo e colaborador Friedrich Engels (1820-1895). Após afirmar que vinha mantendo, por escrito, há um certo tempo, uma “constante troca de idéias” com Engels e que este havia chegado, por vias diferentes, ao mesmo resultado que o seu, Marx (1983, p. 25-26) prossegue dizendo:

[...] na primavera de 1845 [...] resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior [...].

Marx se refere ao tradicional idealismo⁴ filosófico alemão (KANT, FICHTE, HEGEL, dentre outros). Aliás, a influência de Hegel (GEORG WILHELM FRIEDRICH HEGEL – 1770-1831) na Alemanha – e, possivelmente, para além dos territórios alemães – fora algo inenarrável, extraordinário, em que sua filosofia idealista era a grande fonte de todo pensamento da época – lembremos de sua famosa frase: “tudo que é racional é real, e tudo que é real é racional”. Marx participou de um grupo de jovens hegelianos e se encontrava também sob a influência do sistema filosófico de Hegel. Mas quando Ludwig A. Feuerbach (1804-1872) publica sua obra *A Essência do Cristianismo* (1841), propondo inverter as premissas idealistas da filosofia hegeliana, afirmando que o estudo da humanidade deve partir do mundo real e material e não de uma suposta evolução do espírito, os jovens discípulos de Hegel – incluindo Marx – foram levados a repensar suas idéias e concepções. Marx não aceita integralmente as premissas de Feuerbach, mas a

⁴ Compreendemos por idealismo a doutrina filosófica de acordo com a qual todo conhecimento deve provir da racionalidade humana, elevando a razão como ente superior e absoluto do conhecimento, o qual, então, só pode ser alcançado através das idéias.

assimilação dessas o levaram a rever o pensamento de Hegel⁵ e a criticar a concepção filosófica alemã. A nosso ver, quando Marx fala da oposição dele e Engels em relação à filosofia alemã, a propósito do *Prefácio*, concernente à evolução dos seus estudos, está a destacar a sua ruptura e crítica epistemológica ao idealismo, ponto fundamental da transição para a maturidade do seu pensamento. É esse o clima intelectual que está na gênese das idéias expostas no *Prefácio*, ou seja, o rompimento e a crítica a toda uma tradição filosófica idealista, e a afirmação categórica de uma tese distinta e oposta. Antes de qualquer debate sobre determinismo, o que está em jogo e o que Marx quer enfatizar é uma nova concepção, a qual substitui a todo idealismo e afirma de uma vez por todas o primado do mundo real e material.

Nas linhas que antecedem a “parte fundamental” que transcrevemos, aliás, Marx fala sobre o primeiro trabalho que empreendeu para esclarecer suas dúvidas, a crítica à Filosofia do Direito de Hegel. Assim, procede dizendo: “[...] Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas [...] não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência” (MARX, 1983, p. 24). Isso nos parece corroborar a idéia de que o clima intelectual que está na origem da “conclusão geral” esboçada no *Prefácio* é o da ruptura e crítica à filosofia idealista alemã. Num tempo em que a explicação do mundo pela “razão do espírito” de Hegel influenciava com total preponderância os corredores acadêmicos e intelectuais, nessa conjuntura, então, é que Marx elabora sua crítica, revisa suas idéias e constrói uma nova concepção, estabelecendo o “caminho” que o guiaria em suas pesquisas. O que estamos a demonstrar, portanto, é que a afirmação da precedência da vida material constitui, sobretudo, uma resposta crítica – e propositiva – ao idealismo filosófico alemão. Acreditamos ser essa a fonte da “conclusão” exposta no *Prefácio*. Antes de qualquer indagação sobre determinismo, temos de considerar esse clima intelectual, essa crítica ao idealismo, essa nova concepção, que afirma a

⁵ Vale lembrar, nesse período (1843-1844), as críticas de Marx à Filosofia do Direito de Hegel – embora, nesse momento, tanto as idéias de Feuerbach como a filosofia hegeliana se faziam bem influentes. A essência do Estado, dizia Marx, não poderia ser encontrada na “razão universal” de que falava Hegel, mas deveria ser buscada nas condições materiais da vida social.

produção da vida material como ponto de partida ou precondição fundamental da vida social em geral. Afinal, será que Marx, ao tempo em que escrevia as páginas do *Prefácio*, imaginava que se pudesse identificar aí uma certa concepção mecanicista ou determinista da realidade?

Outro elemento que a análise do *Prefácio* nos traz a respeito disso, ou seja, com relação à proposição de que a base “determina” a superestrutura, pode ser verificado quando Marx fala de transformação social. Após defender que, em determinado estágio de desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção, gerando “uma época de revolução social”, Marx (1983, p.25) afirma que: “[...] A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura [...]”. As linhas que seguem a partir daí nos proporcionam dois pontos a serem problematizados. Em primeiro lugar, Marx diz que é necessário distinguir entre a alteração das condições de produção e as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência do conflito. Tudo isso vai ao encontro da asserção segundo a qual a estrutura econômica determina, inclusive, a consciência dos homens. Mas ao final desse último argumento, Marx fala que os homens tomam consciência do conflito “levando-o às suas últimas conseqüências”. Ora, se são precisamente os homens que levam adiante o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, é porque eles não são simples “suportes” fatalmente determinados pela estrutura econômica da sociedade. Os homens não só tomam consciência como agem no interior do conflito, sendo transformados ao mesmo tempo em que o transformam. Em segundo lugar, Marx (1983, p. 25) procede da seguinte maneira: “[...] Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material [...]”. Novamente, o que nos parece dito aí é uma recusa à filosofia idealista, ao sujeito transcendental, que explica o mundo pela “consciência de si”. Simultaneamente, tem-se a assertiva contrária de que toda explicação deve partir da vida material. Ambos os pontos ressaltados estão a discordar daqueles que vêem toda essa argumentação como o invólucro da “tese central” da determinação estrutural econômica. Ao tempo em que ambos concordam – e, quiçá, seja a única concordância em

certa medida indiscutível – que a produção da vida material é precedente, é condição, do desenvolvimento da vida social, política, jurídica, intelectual, cultural, etc.

Restringimos nossas observações à análise do *Prefácio* e das *Teses*, na medida em que defendemos que uma leitura com afincamento de tais textos nos proporciona elementos esclarecedores a respeito do debate entre determinismo e práxis no método de Marx. Não obstante, solicitamos a condescendência do leitor para que possamos realizar uma única e breve exceção, não como um subterfúgio, mas com o intento de elucidar ainda mais o nosso tema. Já dissemos antes que Marx nunca sistematizou seu método de pesquisa, dispersando os pressupostos que servem de base às suas investigações ao longo dos trabalhos que escreveu. Se há outro lugar de destaque, além dos que abordamos neste ensaio, no qual Marx esboçou explicações sobre o método de suas pesquisas, a nosso ver, tal é o Posfácio à segunda edição do livro primeiro de *O Capital* (1873). Prescindindo do que se refere à economia política, percebemos aí que o seu autor se presta a um debate ou a uma resposta a alguns críticos que contra ele proferiram em virtude da primeira edição (1867), pois: “O método empregado nesta obra, conforme demonstram as interpretações contraditórias, não foi bem compreendido” (MARX, 1985, p.13). O primeiro embate é dirigido à *Revue Positiviste* de Paris, que acusa Marx de tratar a economia metafisicamente, e o segundo é voltado para um periódico de São Petersburgo, *Mensageiro Europeu*, que julga o seu método de exposição como “idealista no sentido germânico”. Qualquer palavra que pensamos dizer sobre isso, colocando-nos no ponto de vista da réplica de Marx, tende a nos levar ou confluir precisamente no que temos observado até aqui, o que seria uma tautologia repetir mais uma vez. Contudo, faz-se oportuno, mesmo evitando repetições, ressaltar um ponto que nos parece bem expressivo. Marx (1985, p. 14) responde ao autor do artigo russo, ironicamente, transcrevendo uma longa passagem de sua própria crítica, antes dizendo: “Depois de citar um trecho do prefácio de minha obra ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’, Berlim, 1859, p. IV a VII, onde ventilei o fundamento materialista do meu método, prossegue o autor”. Não nos preocupamos, neste ensaio, com os pormenores dessa controvérsia, pois o que nos interessa, aqui, é exatamente a referência ao *Prefácio*. Reconheçamos a coerência: Marx é

acusado, em seu método de expor, pelo menos, de filósofo idealista, ou nas suas palavras, de “dialético-alemão”, e quando principia sua réplica, ao se referir ao *Prefácio*, diz ter “ventilado” ali o fundamento materialista do seu método. Ora, isso quer dizer que no prólogo à *Contribuição* Karl Marx não apresentou o seu método, por assim dizer, em sua forma acabada, por completo ou, no mínimo, com o caráter de núcleo central, porque, no nosso entendimento, pelo que disse no posfácio de *O Capital*, foi o fundamento materialista – e não o único fundamento – que esboçou em 1859.

Importa, ainda, sublinhar um outro aspecto presente no *Prefácio* e que nem sempre damos a devida atenção. Trata-se da dimensão social, pois, como afirma Marx (1983, p. 24): “[...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu *ser social* que, inversamente, determina a sua consciência [...]”. Marx compartilha a tese aristotélica de que a sociedade precede o indivíduo; ao contrário da filosofia política moderna (Hobbes, Locke, Rousseau), por exemplo, que parte do estado de natureza, ele considera o homem como um ser social, que já nasce em uma determinada sociedade, fazendo parte de um todo, de uma coletividade social. Dessa forma, a consciência dos homens se enraíza nas suas relações em sociedade, as quais se subdividem de modo diverso – afetivas, comerciais, religiosas, etc. – sendo que, para Marx, as principais ou as mais importantes são as relações de produção, cujo conjunto forma a base ou estrutura econômica da sociedade. Ou seja, dentre as relações que os homens estabelecem em sociedade, existe uma sem a qual eles não viveriam, pois é precisamente através dessas que eles garantem a sua subsistência; tal é ou tais são as relações sociais de produção, mediante as quais os homens produzem suas condições materiais – indispensáveis – de existência. Por isso Marx (1983, p.24) assevera: “[...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral [...]”. O motivo é óbvio: os homens precisam garantir suas condições de existência e sobrevivência e, para tanto, necessitam de um modo pelo qual podem produzi-las, estabelecendo determinadas relações de produção. Isso vem em primeiro lugar, pois se o prescindir os

homens perecem. Mas as relações produtivas são sociais⁶, só existem em sociedade – o indivíduo isolado é uma abstração da economia política clássica (que Marx chama de vulgar) – e fazem parte de um todo de relações que os homens estabelecem entre si como partícipes de uma determinada coletividade. Portanto, a nosso ver, a dimensão social é primordial na teoria marxiana – e isso inclui o método –, pois a consciência dos homens é “determinada”, para falar como Marx, pela atividade humana *em sociedade*. Isso supõe, inexoravelmente, a existência de homens se relacionando entre si, o que nos torna incrédulos quanto à proposição estruturalista de que os homens seriam apenas “suportes” da estrutura econômica da sociedade ou, o que é o seu eufemismo, quanto à idéia de que a base determina a superestrutura. Ora, que seria das relações sociais se os homens desempenhassem um papel tão subordinado?

2 As Teses sobre Feuerbach

Mencionamos na seção anterior, a propósito do *Prefácio*, o fato exposto por Marx de que Engels e ele resolveram, “na primavera de 1845”, trabalhar em conjunto com o objetivo de esclarecer o antagonismo entre suas maneiras de ver e a concepção da filosofia alemã. O que não dissemos, entretanto, foi que o manuscrito produzido na época, que Marx denomina de “crítica da filosofia pós-hegeliana”, não chegou a ser impresso. Não obstante, afirma Marx (1983, p.26): “[...] De bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas idéias [...]”. Esse trabalho constitui a obra *A Ideologia Alemã*, escrita entre 1845 e 1846, cujo texto completo só fora publicado muito tempo após a morte dos seus autores (1932). Para muitos comentadores, embora escrita no período de “juventude”, *A Ideologia Alemã* é considerada a primeira obra importante em que Marx expõe o pensamento de sua maturidade, constando aí as suas idéias fundamentais. Muitos estudiosos, ademais, defendem que o ponto principal e essencial de transição para a maturidade do

⁶ Recordamos, por exemplo, que, para Marx, o “capital” é uma relação social que se estabelece entre a classe capitalista/burguesa e a classe trabalhadora; ou que a “economia” é um conjunto de relações sociais estabelecidas entre os homens.

pensamento de Marx consiste em algumas breves proposições críticas, escritas em 1845, dirigidas contra a filosofia feuerbachiana. Tais foram publicadas, por Engels, em 1888 e são conhecidas sob o título de *Teses sobre Feuerbach*.

Quando Ludwig Feuerbach publicou sua obra *A Essência do Cristianismo*, em 1841, foi grande o impacto ocasionado sobre o grupo de jovens hegelianos. Esse intelectual, também alemão, faz uma crítica severa à religião; para ele, Deus nada mais é do que uma ilusão criada pelos homens, um ser inventado, que não tem absolutamente nada de real. Por isso, o mundo pensado pela religião – da concórdia, da paz, da amizade – não passa de uma imaginação e, o que é pior, cumpre a função de dissimular o mundo real – da discórdia, da guerra, do egoísmo. Para Feuerbach, o homem é um ser alienado perante a religião, porque acredita numa felicidade ilusória enquanto vive numa tristeza real. Assim, Ludwig Feuerbach demonstra que a filosofia hegeliana não passa de um tipo de religião introduzida no pensamento; em Hegel, as idéias são o ponto de partida e o ponto de chegada, o mundo real é inferido do mundo ideal e a vida é idealizada tal como na religião. É a inversão das premissas da filosofia hegeliana: o real não é mais uma emanção do espírito e o pensamento passa a ser considerado como um produto/reflexo da realidade material.

Assim como a influência de Hegel não pode ser suprimida do pensamento marxiano – o que, à época dos anos iniciais de 1840, fez-se sentir inclusive nas críticas dirigidas contra sua Filosofia do Direito –, também é equivocado negar o influxo que as idéias de Feuerbach tiveram principalmente no período de “juventude”, apesar de Marx nunca ter adotado-as integralmente. Os primeiros trabalhos de Karl Marx, redigidos entre 1843 e 1844 – o Manuscrito de Kreuznach, a Questão Judaica e a Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, além de os Manuscritos Econômicos e Filosóficos (em alguns aspectos) – acusam, sem dúvida, a influência do pensamento de Feuerbach. Expressão disso é o reconhecimento de Marx de que “a crítica da religião é a premissa de toda crítica”.

Muito sinopticamente, é esse o contexto intelectual que circunscreve o texto que pretendemos analisar nesta seção. Alguns estudiosos supervalorizam as proposições críticas dirigidas à filosofia feuerbachiana, outros reconhecem a sua importância decisiva para o pensamento de Marx – e não resultaria em erro

situar Engels entre um ou outro desses grupos – e mesmo aqueles que não concordam com nenhuma dessas posturas também não podem simplesmente ignorar ou declarar secundárias e prescindíveis as chamadas *Teses sobre Feuerbach*. Voltamos nosso olhar, então, para as *Teses*.

As teses I, III e V revelam a crítica direta e contundente que seu autor faz ao materialismo determinista ou mecanicista presente na filosofia feuerbachiana. Podemos incluí-las, aqui, nas seguintes palavras de Marx (1996, p.125-127):

O principal defeito de todo materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente [...]. Feuerbach quer objetos sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento: mas não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [...] (tese I).

A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto, segundo a qual os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado [...] (tese III).

Feuerbach, não satisfeito com o pensamento abstrato, apela para a intuição sensível; mas não apreende a sensibilidade como atividade prática, humano-sensível (tese V).

Podemos dizer que tais teses não constituem apenas uma crítica ao materialismo determinista, mas, para além disso, configuram um posicionamento contrário a toda e qualquer idéia ou concepção mecanicista da realidade humana. Assim como todos os outros filósofos materialistas que o precederam, Feuerbach, ao tempo em que considera a realidade material como “fator determinante” da vida humana, desconsidera ou ignora completamente a modificação do mundo objetivo pelo sujeito, ou seja, pela atividade dos homens. Na filosofia feuerbachiana, a realidade objetiva é apreendida como algo separado da atividade humana. Se bem que Feuerbach tenha o mérito de distinguir entre

objetos reais (sensíveis) e objetos do pensamento e, além disso, reconheça a realidade material como “fator determinante” da vida social – e não as idéias ou a “razão do espírito” de que falava Hegel –, para ele, entretanto, a realidade só pode ser apreendida pela intuição, pela sensibilidade, pois a atividade humana, a prática, não existe objetivamente. Daí que o seu materialismo permanece em um nível puramente contemplativo e passivo, pois nele objeto e sujeito estão completamente separados. Não surpreende, portanto, que Feuerbach considere as idéias ou o pensamento humano como mero reflexo das condições materiais: seu mérito em ter descoberto que a existência precede o pensamento – ou seja, é o pensamento que deriva da existência e não o contrário – acaba precisamente no momento em que afasta as “circunstâncias” com relação aos homens, subordinando e tornando os homens simples produtos determinados por um mundo real de que eles objetiva e ativamente não participam. Eis alguns erros da filosofia feuerbachiana apontados por Marx, sobre os quais não hesitamos em afirmar que constituem uma crítica direta ao materialismo contemplativo, “puro”, determinista. Não por acaso, Feuerbach nunca poderia ter observado que: “A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária [tese III]” (MARX, 1996, p.126).

Nas teses II e VIII, o autor dirige sua crítica filosófica contra, absolutamente, a separação entre a teoria e a prática. Tais são os argumentos de Marx (1996, p.125-126; 128):

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis – é uma questão puramente escolástica (tese II).

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis (tese VIII).

Já na sua fase de “juventude”, Marx se dá conta da ineficácia da crítica enquanto crítica, ou seja, da atividade teórica restringida sobre si mesma. Isso é perceptível em sua crítica à Filosofia do Direito de Hegel: na *Introdução*, Marx defende a necessidade premente de aliar a crítica filosófica (teórica) com a prática revolucionária – sob o argumento de que os alemães se tornaram contemporâneos do presente nas idéias sem sê-los na prática histórica. Mas – nessa fase da evolução do seu pensamento – ao definir a filosofia como princípio ativo, a “cabeça”, e o proletariado como base material, o “coração”, do processo revolucionário (na Alemanha da época), Marx permanece inserido na tradição hegeliana, pois atribui primazia ao pensamento – é a filosofia que deve guiar ou mover a prática revolucionária –, tanto quanto se faz presente a influência de Feuerbach, expressa na dicotomia entre pensamento (filosofia) e matéria (proletariado). Se bem que essa relação teoria e prática fora pensada por Marx, num primeiro momento, em termos da possibilidade de uma revolução social na Alemanha dos anos 1843 e 1844, a evolução dos seus estudos nos anos que se seguiram a partir daí permitiram a superação dessa dicotomia não só enquanto proposta revolucionária, mas também no debate filosófico. As proposições críticas dirigidas contra a filosofia feuerbachiana que acabamos de citar (teses II e VIII) revelam bem essa superação da teoria e da prática como dois princípios separados. Como Marx afirma ainda na tese I, Feuerbach, em *A Essência do Cristianismo*, “considera apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano” (MARX, 1996, p.125); ele desconhece a atividade humana enquanto práxis, não vê que a vida social se realiza na prática. Ao isolar o pensamento humano da prática e enclausurá-lo no “misticismo da teoria”, a filosofia feuerbachiana comete os mesmos erros da tradição idealista alemã, pois, mesmo rompendo com o primado das idéias, mantém a distância entre pensamento e realidade. Para Marx, é na práxis que o homem demonstra “o caráter terreno do seu pensamento”, por isso a teoria que dela se afasta está condenada ao fracasso.

Mencionamos, de passagem, a tese IV:

Feuerbach parte do fato da auto-alienação religiosa, da duplicação do mundo num mundo religioso, imaginário, e num real. Seu trabalho consiste em

dissolver o mundo religioso em seu fundamento terreno. Ele não vê que, depois de completado esse trabalho, o principal ainda resta por fazer [...]. Assim, por exemplo, uma vez descoberto que a família terrestre é o segredo da sagrada família, é a primeira que deve ser criticada na teoria e revolucionada na prática (MARX, 1996, p.126-127).

O que nos parece dito aí é que Feuerbach, após descobrir que o mundo religioso é uma fantasia que nada tem de realidade, olvida-se que, depois disso, não é mais a “imaginação” que deve ser criticada: afinal, o mundo religioso não existe objetivamente; ou seja, é sobre o mundo real que se deve direcionar o olhar. Mais do que isso, se se identificou que o mundo terreno é o fundamento primeiro, que é a realidade o princípio fundamental para o conhecimento da vida humana, à sua crítica teórica deve articular-se uma prática transformadora. Mas isso, para Feuerbach, são duas coisas muito distintas e separadas. Não porventura, Marx o adverte dizendo que “o principal ainda resta por fazer”.

As teses VI, VII, IX e X constituem uma crítica à concepção feuerbachiana de indivíduo e sociedade. As asserções correspondentes, nos próprios termos de Marx (1996, p.127-128), são as seguintes:

Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais (tese VI).

Por isso, Feuerbach não vê que o próprio “sentimento religioso” é um produto social e que o indivíduo abstrato por ele analisado pertence, na realidade, a uma forma determinada de sociedade (tese VII).

O extremo a que leva o materialismo intuitivo, isto é, o materialismo que não apreende a sensibilidade como atividade prática, é a intuição dos indivíduos singulares na “sociedade civil” (tese IX).

O ponto de vista do velho materialismo é a “sociedade civil”; o ponto de vista do novo é a sociedade humana ou a humanidade socializada (tese X).

Feuerbach nos fala de um homem abstrato e isolado, que seria anterior à própria sociedade; sua concepção de indivíduo é a do homem religioso. Ele encontra a essência humana na essência religiosa e concebe o indivíduo em sua singularidade, ligado aos demais indivíduos de um modo natural. Marx faz objeção porque entende o homem como um ser social, que pertence a uma forma determinada de sociedade e, como tal, não pode viver isolado. Por isso, para Marx, a essência humana é o “conjunto das relações sociais”; o indivíduo marxiano é composto pelas relações sociais de seu tempo. Assim, entender o homem como “conjunto das relações sociais” é negar a imagem feuerbachiana do indivíduo abstrato, isolado, como um dado natural anterior à sociedade, bem como reconhecer que as relações entre os homens não são nada naturais. A sociedade civil é concebida por Feuerbach – tal como Hegel – como o espaço dos interesses privados, das vontades individuais, do egoísmo (e Marx não discorda disso). O “velho materialismo”, entretanto, considera a sociedade civil formada pelos indivíduos isolados (como o indivíduo econômico diante do mercado), apenas ligados entre si de uma maneira natural. Marx defende o ponto de vista de que a sociedade compõe um todo, uma coletividade social, na qual os homens estabelecem determinadas relações entre si e com o todo. Portanto, para Marx, o máximo que o materialismo “puro” (intuitivo) – como o feuerbachiano – chega é a intuição dos indivíduos isolados entre si na “sociedade civil”: Feuerbach não consegue apreender o homem como pertencente a um determinado contexto social e histórico.

Marx se coloca, indubitavelmente, num ponto de vista materialista ou realista: a existência social precede o pensamento; o estudo da humanidade deve partir das condições materiais de existência. Mas isso não significa que ele adote o ponto de vista do materialismo filosófico determinista – como o de Feuerbach – na sua compreensão da evolução da sociedade. Marx reconhece a atividade humana como uma relação dialética entre sujeito e objeto, na qual o homem dá forma ao mundo em que vive ao mesmo tempo em que é por ele formado também. Essa dialética entre o sujeito – o homem em sociedade – e o objeto – o mundo material –, que significa também a unidade teoria e prática, constitui o núcleo central do conceito de práxis no método e no pensamento social de Karl Marx. A maior expressão desse modo de pensar, a nosso ver, é a tese XI: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, mas o que importa é transformá-lo” (MARX, 1996, p.128).

Considerações finais

Acreditamos ser essa a tese materialista de Karl Marx: o conjunto das relações de produção, a base ou estrutura econômica de uma sociedade, enfim, o modo de produção da vida material, condiciona, quer dizer, é pré-condição ou condição primeira do desenvolvimento da vida social, política e intelectual, das formas de consciência social, das instituições jurídicas, isto é, da superestrutura. A base, portanto, não determina mecanicamente a superestrutura: ela é a sua condição precedente e indispensável. A categoria práxis não elide ou exclui, de forma alguma, o materialismo de Marx, ao contrário, reconhece-o e o atribui seu caráter histórico e social, na medida em que considera ser os homens, vivendo em sociedade, que fazem a história. Quiçá por isso Engels denominou o método marxiano – e marxista – de “materialismo histórico”.

Uma primeira leitura do *Prefácio* e das *Teses* nos levou a fazer dois questionamentos. Primeiro: quando Marx diz que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, fá-lo no sentido de que as condições materiais precedem o pensamento ou deixa transparecer aí um certo determinismo? Segundo: e quando Marx fala em práxis não rompe qualquer concepção determinista ou mecanicista da realidade? Nossa conclusão sugere a resposta somente do segundo questionamento: rompe sim. E isso responde as duas indagações.

Contudo, estamos cômicos de que “as coisas não se resolvem bem assim”. O dualismo entre determinismo e práxis no método de Marx não pode ser suficientemente explicitado mediante uma leitura – ainda que atenta e refletida – de determinados textos, como o *Prefácio* e as *Teses*. Tampouco a polêmica dessas duas concepções distintas tem sido facilmente solucionada. Não raro se vê pesquisas e trabalhos acadêmicos, que utilizam o método marxiano ou marxista (muito chamado de crítico-dialético, ou de histórico-dialético, entre outras denominações), nos quais esse dualismo aparece e ambos, determinismo e práxis, ora um, às vezes outro, fazem-se presentes. Como diz o professor Raúl Burgos⁷: “parece que quando a ‘alma’

⁷ Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), professor do Departamento de Serviço Social da UFSC. Aula ministrada na disciplina Pensamento Social Moderno e *Serviço Social & Realidade, Franca, 16(2): 249-266, 2007* 265

estruturalista aparece, a ‘alma’ da práxis se esconde, e quando essa última se faz presente, é a primeira que recua”. Não obstante, pensamos ter cumprido a função principal deste ensaio, que é a de instigar o debate sobre determinismo e práxis no método de Marx. Enfim, o certo é que, como o próprio Karl Marx afirma, para entender o seu método, deve-se ler a sua obra.

MENEGHETTI, G. Determinism and praxis: the dualism of marx's method. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 16, n. 2, p. 249-266, 2007.

- *ABSTRACT: The present rehearsal has as theme the dualism among determinism – conception in which the base or structure determines the superstructure – and praxis – action or human activity that is, at the same time, objective and subjective – in Marx's method. The defended theory considers that an attentive reading of the Foreword to the Contribution to the Critic of the Political Economy and of the Theories on Feuerbach provides the necessary elements to explain the immediate doubts that oppose determinism and praxis. The objective is, therefore, to analyze the Foreword and the Theories in order to explain some controversial points on the collision between determinism and praxis in the Marx's method. Marx's materialistic theory considers that the base or structure is precondition or precedent condition (and indispensable) of the development of the superstructure, what does not suppose any determinist character. The praxis category does not suppress or excludes the Marx's materialism, but it recognizes it as a starting point of a dialectic movement between subject and object.*
- *KEYWORDS: Method of Marx; Determinism; Praxis.*

Referências

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *O capital*. Crítica da economia política. Livro primeiro. v. 1. 13. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Contemporâneo, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC, em 11 de julho de 2007.